



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13569 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

AÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM LONDRINA-PR (1934-1969)

Tony Honorato - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq/ Fundação Araucária-SETI

AÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM LONDRINA-PR (1934-1969)

Resumo: A proposta consiste em caracterizar as ações municipais na escolarização em Londrina-PR (1934-1969), enfatizando a pauta da educação escolar e da cultura. Estas duas urgências, muitas vezes, estiveram articuladas no processo de construção do município de Londrina oficialmente deflagrado em 1934. Como fonte histórica assumiu os documentos (relatórios, atas, dispositivos legais) do poder executivo e do poder legislativo. Para análise ancorou-se na perspectiva do municipalismo na educação proposta inicialmente por Justino Magalhães e Wenceslau Gonçalves Neto. O estudo pôde considerar que ações municipais de educação e cultura em Londrina (1934-1969) estiveram voltadas à criação de escolas, bibliotecas, teatros, atividades de audiovisual e outras iniciativas para a formação dos cidadãos, e com isso intentavam formação de costumes escolares e de sentimentos produtores de pertencças e de imagens do ser civilizado na vida em sociedade.

Palavras-chave: Municipalismo, Escolarização, Costumes, História da Educação

Introdução ^[1]

O objetivo foi caracterizar as ações municipais na escolarização em Londrina-PR (1934-1969), dando ênfase a pauta dos costumes marcados pela relação entre escola e cultura.

O município de Londrina ocupou, na segunda metade do século XX, lugar de referência política, econômica e cultural no estado do Paraná e na região Sul do Brasil (COUTINHO, 1959). Ele tem a sua história ligada ao crescimento econômico e populacional relacionado à produção agrícola, especialmente a do café, e, conforme Capelo (2013), com a chegada dos colonos necessidades educacionais e socioculturais foram ampliadas. Londrina passou a ser tecnicamente organizada com as ações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) a partir de 1929, que então delimitou e comercializou os lotes dando-lhe um formato urbano (BONI, 2004; ARIAS NETO, 2008). Município foi instaurado oficialmente em 1934, em 1936 inicia-se a trajetória do poder legislativo londrinense (CESÁRIO; ALMEIDA, 1996).

Considerando o viés regulamentador dos municípios (MAGALHÃES, 2008; 2011; GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2019; HONORATO *et al.* 2019), o desafio da pesquisa foi trazer ao debate ações da municipalidade que dizem respeito à educação e à cultura em um território onde as atividades do legislativo e do executivo aconteciam no contexto das primeiras décadas de construção do próprio município. As ações foram analisadas como políticas locais em interdependências com as políticas estaduais e nacionais.

Nesse processo de municipalização de Londrina, a escolarização não esteve alheia. Então pergunta-se: quais as ações municipais foram empreendidas para a escolarização em Londrina e que impactaram nos costumes formativos dos indivíduos em fase escolar? A delimitação temporal foi, por um lado, 1934, quando Londrina se emancipou politicamente como município e suas escolas estiveram engendradas nesse processo e, por outro lado, 1969 foi quando instalou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) da localidade. As fontes históricas de pesquisa selecionadas foram os relatórios da Prefeitura, as atas da Câmara Municipal, documentos do Depas (Departamento de Educação Pública e Assistência Social). Para as análises foram considerados conceitos fundamentais da teoria dos processos civilizadores (ELIAS, 1993; 1994) e das discussões referentes ao municipalismo na educação (MAGALHÃES, 2008; 2011; 2019; GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2015; 2019; HONORATO *et al.*, 2019).

Londrina: ações de educação escolar

Seguindo as discussões sobre o municipalismo na educação, entende-se Londrina enquanto município regulamentador e instituinte, considerando todo seu território urbano e rural. Londrina enquanto território municipal em organização, nas suas primeiras décadas de existência, contabilizava uma população rural superior à urbana, condição que se estendeu até

poucos anos subsequentes à década de 1950.

No início da municipalização, o poder executivo deliberava através de ações independentes da existência de uma câmara legislativa, porém em concordância com o governo federal e a Constituição Federal de 1934. Mesmo que a administração política passasse a ser formalizada no âmbito local em 1934, os habitantes de Londrina já se organizavam antes enquanto comunidade, mesmo que pequena, mas possuidora de organização própria, como também de escola. O Sr. Jorge Strass, de família de imigrantes alemães na década de 1920, relata: "A preocupação dos alemães era a de construir uma escola, pois eles vieram de uma região onde era obrigatório estudar [...]" (LONDRINA, 1993, p. 23).

Com a primeira Câmara de Vereadores, eleita em setembro de 1935, denominada *Câmara Pioneira*, o legislativo formalizado iniciou atuação em 1936. No período de um ano, a primeira legislatura aprovou 38 leis para a organização inicial do município. De modo geral, havia uma preocupação com a organização urbana e rural no que diz respeito à infraestrutura, higiene, segurança e saúde pública. Das 38 leis aprovadas, 07 se referiam à educação municipal (LONDRINA, 1936-1937).

No período de 1937 a 1947, em que as câmaras legislativas foram dissolvidas devido a o *Estado Novo*, é possível perceber, pelos atos do executivo, um constante movimento regulamentador exercido pelo poder municipal. Observa-se um projeto de nação refletido para este território através da interventoria estadual. As regulamentações eram para a ocupação do espaço físico, social e econômico e que vinham dando ao município traços de civilidade, os quais dariam aos sujeitos condições de uma educação não escolar promovida por uma cultura urbana, pela sociabilidade.

Nos dez primeiros anos do município de Londrina (1934-1944), foram executados um total de 586 decretos, sendo 210 relacionados direta ou indiretamente à escola, entre eles estão: atos de criação de escolas, contratação e nomeações de professores, subvenção para instituições, financiamento, transferências e outras adequações necessárias para o atendimento e funcionamento escolar.

Em 1947, com o fim do período de intervenção estadual varguista, a nova administração pública traz à Londrina mais uma vez a representatividade legislativa já em um município com cerca de 67 mil habitantes (LONDRINA, 1954). Nesse tempo, Londrina saltou de 02 escolas em 1934 para 90 escolas em 1960, saltou de 4 professores para 136, de 22 alunos para 5.028. Entre as possibilidades e as dificuldades, segundo Honorato & Yamashita (2022), a escolarização e a profissão docente foram se estruturando no município.

Nos documentos do legislativo a educação escolar e a cultura eram pautas relatadas e discutidas juntas. E isso nos chamou a atenção. Que relação existia entre educação escolar e cultura no processo de escolarização e de organização do município de Londrina na formação dos costumes?

A cultura como educação no município

O contexto educador no desenvolver inicial de Londrina, não se dava somente na escola. Identificam-se entre os primeiros decretos municipais atos que demonstram notas em tom de ordem e progresso cultural envolvendo pessoas com posturas e condicionamentos que se tornaram parte de suas rotinas, limitadores de seus hábitos e muitas vezes imperceptivelmente projetados em um território enquanto experiência educativa com o papel de civilizar comportamentos dos moradores.

Outros incentivos à implementação cultural tomam forma no contexto da regulamentação na localidade. Em 1945, o município regula espetáculos teatrais, em 1946 doa um terreno ao Grêmio Litero Recreativo Londrinense. Em 1949, em registro de ata da Câmara Municipal de Londrina (CML), o Vereador Newton Leopoldo (PTB- Partido Trabalhista Brasileiro), membro da *Comissão de Educação, Recreio e Assistência Social*, tem a palavra para declarar que se procurava realizar na localidade um *Congresso Pro Paz e Cultura*, pois havia ocorrido pelas redondezas situações de arbitrariedade policial que levaram à morte, uma mulher e uma criança.

De fato, são inúmeras as formas educadoras no contexto municipal e ao mesmo tempo contraditórias. A diferença social e cultural entre os habitantes de Londrina não deixou de existir entre as décadas de 1940 e 1960. A cultura cafeeira trouxe riquezas, hábitos e prazeres que não eram comuns à grande parte da população, mas que gerariam influências nos indivíduos. É possível localizar solicitações que expressam prioridades nos debates dos representantes da CML, como é caso de que em 14 de novembro de 1950, o Vereador Josino Alves da Rocha Loures (PR- Partido Republicano), membro da *Comissão de Educação* e como orador na sessão, lembrou-se: “Que é preciso que se dê a Londrina uma biblioteca a altura cultural de nossa cidade” (LONDRINA, 1948-1955, v. 3, n.p).

Eram muitos os problemas apontados pelos agentes da CML e que criavam força no espaço local cobrando planos e ações com intenções educadoras que extrapolassem a escola em diferentes direções civilizatórias. Neste sentido, foram propostas leis de autorização de doação e construção de parques infantis em 1953 e 1955, de desconto de 50% no preço da passagem aos estudantes no transporte público em 1954, de subvenções à *Sociedade de Cultura Artística de Londrina* (SCAL) e ao *Grêmio Literário e Recreativo Londrinense*. Essas são curtas demonstrações de atos legislativos que possibilitam aos indivíduos condições de lazer, de inserção sociocultural e de mobilidade.

Tem-se então a abertura de possibilidades educadoras que marcariam o setor artístico, cultural e social de Londrina. Encontra-se então o favorecimento de ações em espaços específicos no município e sua localização como territórios de acesso à outras sensações. Em

destaque, a *Sociedade de Cultura Artística de Londrina* (SCAL) que teve atividades (canto, *ballet*, conjunto coral, violino, piano, declamação) desenvolvidas no ano de 1954 no espaço do teatro do Grupo Escolar “Hugo Simas” e suas realizações alcançaram parte da população do município, a qual teve contato com cenas culturais que já eram vivenciadas em outros municípios brasileiros.

A relação município, educação e comportamentos dos cidadãos, evidencia a inserção cultural defendida nos discursos da municipalidade, como também o refinamento de condutas dos indivíduos. A mobilização para esta garantia à sociedade londrinense, ganha espaço e notoriedade em meio a todo movimento urbanizador da localidade. O refinamento das condutas talvez não alcançasse a todas as pessoas do município através da inserção cultural, isso devido às diferenças de grupos sociais e de seus acessos aos espaços públicos.

Considerações finais

Considera-se que as ações municipais em Londrina (1934-1969) estiveram voltadas à criação de escolas, bibliotecas, teatros, atividades de audiovisual para a formação educacional e sociocultural dos indivíduos constituintes das figuras escolares e demais cidadãos. As ações municipais na educação promoviam experiências ligadas à cultura para além dos muros da escola, potencializando a formação dos costumes num sentido mais amplo. A formação dos costumes no processo de escolarização é uma chave historiográfica para se compreender um conjunto de práticas e valores em nome do refinamento de sentimentos produtores de pertencas e de imagens do ser civilizado para viver em sociedade. Assim a preocupação com a escolarização dos costumes tornou-se significativa para os locais em Londrina que, por meio de ações do poder público e de pessoas e grupos beneméritos, intentavam minimizar o impacto da ausência ou da fragilidade educativa e cultural na formação dos indivíduos em uma territorialidade em desenvolvimento e que se firmava como referência regional e quiçá nacional. Com isso, depositavam na figuração escolar e cultural um poder de ser um lugar civilizatório conectado ao processo de modernização do próprio município, pois as próprias concepções de município e cidadania se estruturariam a considerar as experiências culturais e educativas reguladoras dos comportamentos, dos sentimentos e dos modos de ser em sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.

BONI, Paulo César. **Fincando estacas**: a história de Londrina (década de 30) em textos e

imagens. Londrina: Ed. do autor, 2004.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade no meio rural**. Londrina: EDUEL, 2013.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. Imagens da cidade: memória coletiva em Londrina. **Mediações**, Londrina, v. 1, n. 2, jul./dez.1996.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, 25 anos de sua história**. São Paulo: Universal, 1959.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Ação municipal e educação na Primeira República do Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). Dossiê – Educação em perspectiva local/municipal. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 3-159, 2019.

[HONORATO, Tony](#); et al. Município pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, v. 21, p. 152-169, 2019.

[HONORATO, Tony](#); YAMASHITA, Bruna Ester Gomes. Ações municipais de Londrina-PR na estruturação da profissão de professor (1934-1963). **Educar em Revista**, v. 38, p. 1-21, 2022.

LONDRINA. **Livro de registros de leis de 1936-1937**. Local: Câmara Municipal de Londrina.

LONDRINA. **Relatórios do Executivo de 1954**. Local: Câmara Municipal de Londrina.

LONDRINA. **Câmara Municipal. Livro de Atas**. Local: Londrina, CML, 1948-1955.

LONDRINA. **Inventário e proteção do acervo cultural de Londrina: IPAC/LDA: os caminhos do café no Paraná: Heimtal, o passado e o presente no vale dos Alemães**. Londrina: GRAFMAN, 1993.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. O local e a decisão política em educação: aspectos teóricos e metodológicos da história do município pedagógico. In. **COLUBHE** - Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 7., 2008, Porto. Anais [...]. Porto: [s. n.], 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Atlas-Repertório dos municípios na educação e na cultura

em Portugal (1820-1986). Perspectiva histórica. *In*: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino Pereira de (orgs.). **História dos municípios na educação e na cultura**: incertezas de ontem, desafios de hoje. Lisboa: FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto Estratégico – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação; Instituto de Educação – Universidade de Lisboa. 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Municípios e história da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, 2019.

[1] Texto resultante de pesquisa financiada pela Fundação Araucária/SETI e pelo CNPq.